

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembléa Legislativa

29 SET 2020

Protocolo: 078/20

Processo: 078/20



GOVERNO DO ESTADO DE
RONDÔNIA

Veto Total nº 077/2020

AO EXPEDIENTE
Em: 22 SET/2020

Presidente

SECRETARIA LEGISLATIVA

RECEBIDO

16h33min

22 SET 2020

Carina
Servidor(nome legível)

GOVERNADORIA - CASA CIVIL

MENSAGEM Nº 216, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020.



Recibido em 22 de setembro de 2020

22 SET 2020

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

GOVERNADORIA - CASA CIVIL
MENSAGEM Nº 216, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020.

Com amparo no artigo 42, § 1º da Constituição do Estado, impõe-me o dever de informar a Vossas Excelências que vetei totalmente o Projeto de Lei de iniciativa dessa Ilustre Assembleia Legislativa, o qual “Dispõe sobre a gratuidade da emissão e renovação da Carteira Nacional de Habilitação para pessoas de baixa renda, e Institui o Programa CNH-Social no âmbito do Estado de Rondônia.”.

(Acórdão 1250175, 00002431120198070000, Relator: JAIR SOARES, Conselho Especial, data de julgamento: 19/5/2020, publicado no DJE: 2/6/2020. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

Da dicção do artigo 3º, nota-se que este, a exemplo do artigo 1º, cria competência e atribuição a ser executada pela Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI (mesmo sem a citação nominal de tal órgão), ou seja, contraria o referido dispositivo ao que dispõe a Carta Estadual, nos termos acima já expostos.

Informo ainda, que a matéria em análise, impacta diretamente no erário do DETRAN/RO, implicando em questões orçamentárias e financeiras, resultando em renúncia de receita. Para atender a renúncia de receita, alguns requisitos devem ser obedecidos conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, assim, para a concessão desta, além de previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá atender ao estabelecido no artigo 14 da LRF:

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Desta forma, a demanda não fora precedida de estudo e planejamento, impossibilitando a identificação de consequências imediatas e futuras, outrossim, ao promover alterações na estrutura e no funcionamento da administração do Estado de Rondônia, instituindo novas atribuições à Entidade da Administração Pública, a proposta não se encontra em conformidade com a competência para deflagrar o processo legislativo.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente à pronta manutenção do mencionado veto total, antecipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador



Documento assinado eletronicamente por **Marcos José Rocha dos Santos, Governador**, em 22/09/2020, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0013609026** e o código CRC **EAD55047**.